

CÂMARA MUNICIPAL DE GAVIÃO

ATA N.º 24/2024

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL
REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO
DE 2024

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Gavião, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, realizou - se a reunião extraordinária da Câmara Municipal de Gavião, sob a presidência do Ex. Mo Senhor José Fernando da Silva Pio, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Gavião e estando presentes os vereadores, senhores António Manuel Gomes Severino, Graciosa Espadinha Chambel, Rui Manuel Fernandes Vieira e Vitor José da Rosa Filipe. -----

A reunião foi secretariada por Isabel Maria Dias Martins, técnica superior da Câmara Municipal de Gavião. -----

Sendo horas e verificando - se haver "quorum", o Ex. mo Senhor Presidente da Câmara, declarou aberta a reunião. -----

Eram dezasseis horas. -----

ORDEM DE TRABALHOS : -----

PONTO UM – Documentos Previsionais 2025 – Orçamento e GOP; -----

Por conterem matéria com carácter de urgência foram submetidos para eventual aprovação em minuta os conteúdos que integram o ponto um da ordem de trabalhos. -----

PONTO 1 – Documentos Previsionais 2025 – Orçamento e GOP; -----

Foram presentes os **documentos previsionais – Orçamento para o ano económico de 2025 no valor de 11.000.000,00€ e GOP's para o ano 2025, assumindo o valor de 4.842.189,00€, distribuída por 3.284.789,00€ para investimentos (PPI) e 1.557.400,00€ para Atividades Mais Relevantes (AMR's)**, que depois de lidos, analisados e prestados todos os esclarecimentos aos senhores vereadores, foram por todos assinados e aprovados por unanimidade. (DELIBERAÇÃO N.º 755) -----

Devido à sua extensão, dão-se os referidos documentos como aqui transcritos, ficando um exemplar de cada, devidamente arquivado em processo próprio. -----

Foi também aprovado por unanimidade, o Mapa de Pessoal para 2025. (DELIBERAÇÃO N.º 756) -----

Os documentos suprarreferidos vão ser remetidos à assembleia municipal, para aprovação definitiva, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ainda do artigo 5.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro. -----

Também nos termos do Estatuto da Oposição – Lei n.º 24/98, de 26 de maio – serão remetidas cópias destes documentos, às estruturas distritais dos partidos políticos representados na assembleia municipal. -----

Ainda neste ponto da ordem de trabalhos, foi aprovada por unanimidade a **proposta de atribuição de suplemento de penosidade e insalubridade**, previsto no Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro, atribuindo o valor mais alto, permitido por lei (4,99€ para os trabalhadores colocados na posição remuneratória 11 ou inferiores da Tabela remuneratória única e de 15% da remuneração diária, aos trabalhadores colocados na posição remuneratória 12 e superiores), num total máximo de 15.000,00€. (DELIBERAÇÃO N.º 757) -----

Na apresentação dos documentos suprarreferidos, o **senhor presidente** começou por expressar o seu agradecimento a todos os trabalhadores que participaram na elaboração dos mesmos, especialmente à Divisão Financeira. Destacou que se tratava sempre de um período de intensa atividade. Salientou que se tratava de um documento exaustivo, com mais de 1000 páginas. Frisou que se tratava de um documento fundamental para o exercício de 2025, mas não seria totalmente

CÂMARA MUNICIPAL DE GAVIÃO

ATA N.º 24/2024

2024.11.28

executado por este executivo. Tratava-se de um documento aberto, mas que corporizava medidas do programa eleitoral sufragado em 2021. Frisou que tinham sido ouvidas as duas divisões e as juntas de freguesia. Referiu que os vereadores da oposição não tinham apresentado nenhuma sugestão. Certamente porque sabiam que seriam incluídas as sugestões resultantes das reuniões do executivo. Realçou que tinham sido incluídas rúbricas que poderiam vir a ser necessárias em consequência das candidaturas ao Portugal 2030. Realçou que ficava triste pelo facto de a administração central não compensar as câmaras municipais pela redução de verbas, decorrente da aprovação de isenções aos cidadãos. Deu como exemplo a perda de cerca de 1 milhão de euros referente ao IMT pela compra da propriedade do Polvorão. Destacou o aumento do valor orçamentado para as bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior, de 25.000€ para 35.000€. Informou que os apoios para residentes no concelho seriam mantidos. Realçou os apoios a todos os estudantes do concelho, dando como exemplo o transporte das crianças da creche, o transporte dos alunos do ensino secundário, as bolsas de estudo, etc. Afirmou que as ações prioritárias seriam mantidas. O turismo continuaria a ser uma área fundamental para o desenvolvimento do concelho. Seria mantida a aposta na educação, cultura, desenvolvimento económico, ação social, etc. Tínhamos aderido aos programas Radar Social e CLDS 5G. Na área da habitação, começaríamos a implementar a Estratégia Local de Habitação. Brevemente seria concretizado o concurso para elaboração dos projetos das casas que tinham sido adquiridas. Referiu que na área da saúde, o município iria colaborar na reabilitação do Centro de Saúde de Gavião. Na área das alterações climáticas tínhamos aderido ao plano intermunicipal e o Plano Municipal de Ação Climática seria implementado em 2025. Salientou que 90% da iluminação pública já tinha lâmpadas LED e seria mantida a pressão junto da ERedes para que continuassem a substituição. Nas comunicações, seria feita a reparação de algumas estradas, caminhos e arruamentos. Seria feita também a substituição de algumas máquinas. No desenvolvimento rural seria mantido em funcionamento o Gabinete Técnico Florestal e continuaríamos a apoiar as associações. Continuaríamos a desenvolver o concelho como destino de natureza com os percursos pedestres. No desporto seriam mantidas as condições para a prática regular de atividade física. Informou que o técnico superior de desporto, iria transitar para o Município do Crato e teria que se iniciar procedimento para contratação de um novo técnico. Seria mantido o torneio concelhio de malha, que já era tido como um exemplo, a nível regional. Na juventude seria renovado o Conselho Municipal da Juventude, seriam mantidos os programas OMTJ e Férias Ativas. Na proteção civil seriam mantidas as duas EIP (Equipas de Intervenção Permanente) em funcionamento. Destacou também a importância do Gabinete de Proteção Civil e destacou o excelente trabalho desenvolvido pelo Coordenador Municipal de Proteção Civil. -----

Realçou que os documentos em apreço continham um conjunto de intenções, que teriam de ser adaptadas às oportunidades dos quadros comunitários. Referiu que tinham sido incluídas as que já se sabiam que iriam existir, mas poderiam surgir outras. Frisou que havia alguma expectativa porque havia obras por fazer, mas também valores para receber, de obras já executadas. Era um orçamento ambicioso, em busca de melhores condições para os nossos municípios. -----

Em relação ao quadro de pessoal salientou que não tinham sido incluídos novos lugares. As alterações introduzidas apenas decorriam de imposições legais. Evidenciou que, tal como já tinha sido referido anteriormente, se registava um défice de motoristas e talvez fosse adequado começar a indeferir os pedidos de licença sem vencimento. -----

O senhor **vice-presidente** começou por frisar que a apreciação dos documentos previsionais para 2025 era um momento importante. Destacou que o município tinha mantido, ao longo dos anos, uma estratégia centrada na procura do equilíbrio e da sustentabilidade financeira. Enalteceu o trabalho desenvolvido pela Divisão Financeira na coordenação das linhas estratégicas da boa gestão financeira. Considerou que o ano 2025 seria de novos desafios e alguma “elasticidade”. Seriam mantidos os princípios de rigor e de compromisso responsável, que têm vindo a ser promovidos por

CÂMARA MUNICIPAL DE GAVIÃO

ATA N.º 24/2024

2024.11.28

este executivo. Não seria possível olhar para o ponto em que estávamos, sem que fosse feita uma retrospectiva do caminho que tinha sido feito, até aqui chegar. Onze anos depois, era importante ter um olhar abrangente para o salto qualitativo e quantitativo que tinha sido dado. Deixou algumas notas para reflexão. Estava prevista uma despesa de 4.100.000,00€ com pessoal crescendo um valor de 1.400.000,00€ para despesas fixas. Haveria um acréscimo de 250.000,00€ nos gastos com pessoal e de 350.000,00€ nas despesas fixas, face ao ano 2024. Este aumento era justificado pelo aumento das infraestruturas municipais, ao serviço da população, aumentando as despesas com pessoal e as despesas fixas com água e luz. Havia também um aumento significativo nos transportes, uma vez que raramente era rejeitado um pedido de transporte dos grupos culturais. Alertou, também, para o aumento dos custos com a recolha de resíduos, prevendo-se que crescesse para o dobro, face ao valor orçamentado para 2024. Os custos passariam de 54€/tonelada para 82€/tonelada. Referiu que apenas nestas duas rubricas estava 50% do orçamento o que era elucidativo das dificuldades de gestão de um município de pequena dimensão, como o nosso. ----- Realçou que se mantinha um grande investimento na área da educação porque se tratava do alicerce sólido sobre o qual uma sociedade evoluída deve assentar e deve ir além da simples transmissão de conhecimento, assumindo-se como princípio onde se desenvolvem cidadãos ativos e comprometidos, capazes de enfrentar os desafios de um mundo melhor. Destacou que tinham sido recebidos 629.000,00€ do estado para as transferências de competências. Mas só nas Grandes Opções do Plano havia uma previsão de 500.000,00€ de despesa. A esse valor acrescia o valor de 450.000,00€ para despesas com pessoal. Frisou a importância de haver rigor na atribuição de subsídios. Destacou que tinham sido orçamentados cerca de 400 mil euros, para esse fim. Realçou que os apoios financeiros tinham tido um peso enorme no orçamento municipal e continuavam a aumentar, ano a após ano, apesar dos constrangimentos inerentes a sermos um município de pequena dimensão. Referiu que as grandes opções do plano ascendiam a 4 milhões e 800 mil euros, representando 43% do orçamento global o que, por si só, denotava uma continuidade nos investimentos, para benefício das nossas populações. Afirmou que o grande desafio estratégico seria conter o despovoamento, promover o território, atrair investimentos e criar emprego de modo a fixar população no concelho. Evidenciou algumas medidas e políticas que tinham sido mantidas, com esse objetivo, de que eram exemplos as taxas de IMI e IMT, a não aplicação de derrama, a devolução de 5% do IRS. Por outro lado, essas medidas levavam a que fôssemos um município com pouca independência financeira, com poucas ou nenhuma receitas próprias, sendo muito dependente das transferências do estado, conforme se encontrava plasmado no Anuário Financeiro da OTOC (Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) que nos tinha classificado como o 7º pior município, em receitas próprias. Referiu que receberíamos do FEF, cerca de 3 milhões e 800 mil euros. A esse valor iria crescer 1 milhão e 400 mil euros, um valor que tinha vindo a ser dado desde 2019 e que este ano tinha tido um acréscimo de 770 mil euros. Tratava-se de uma compensação que o estado dava para a combater as desigualdades, para os municípios de menor dimensão. Iríamos receber 5 milhões de euros de transferências diretas do estado, ou seja 50% da receita. Nesta linha, era importante que houvesse um aproveitamento das oportunidades provenientes dos fundos europeus, mas também de algumas sinergias da comunidade intermunicipal, de modo a termos escala com a adesão de um maior número de municípios por exemplo. Frisou que o orçamento seria sempre dinâmico e as obras em plano podiam sempre sofrer variáveis, levando a que não conseguíssemos alocar o que queríamos a determinados projetos. Afirmou que, para si, havia quatro projetos fundamentais que constavam no plano para 2025. Em primeiro lugar a conclusão do PDM, que era urgente e inevitável para toda estratégia municipal, de impulso do desenvolvimento do concelho. Em segundo lugar, a Estratégia Local de Habitação, por tudo o que podia significar para o concelho, constituindo um vetor estratégico ao desenvolvimento e à coesão social e territorial. Em terceiro lugar, a construção do canil/gatil intermunicipal, pelas

CÂMARA MUNICIPAL DE GAVIÃO

ATA N.º 24/2024

2024.11.28

dificuldades, crescentes, de resposta na recolha e acolhimento de animais errantes. Em quarto e último lugar, o investimento na aplicação de massa asfáltica. Seria um investimento superior a 300 mil euros, realizados por adjudicação direta. Essa medida iria dar resposta a uma série de problemas, nas nossas estradas municipais e arruamentos das aldeias. Referiu que o caminho estava delineado, mas poderiam ser feitos pequenos desvios, de acordo com a injeção financeira do Portugal 2020-30. Em jeito de conclusão, afirmou que não existiam utopias ou ambições desmedidas que não fossem com a intenção de tudo fazer para que Gavião não perdesse aquilo a que tem direito. Considerou que este orçamento apresentava graus e índices elevados de dificuldades na sua execução, mas, ao mesmo tempo, era ambicioso, fruto de um ajustamento necessário á realidade do município. -----

O senhor **vereador Vitor Filipe** afirmou que era com sentido de responsabilidade que fazia a análise da proposta de orçamento para 2025, apresentada pela Câmara Municipal de Gavião. Saudou o trabalho realizado pelos técnicos e dirigentes municipais na elaboração deste documento essencial para a gestão do nosso concelho. Reconheceu que este orçamento, que agora era submetido a apreciação, refletia o rumo político definido pela maioria e as prioridades que o executivo considerava estratégicas para Gavião. Reconheceu que a construção de um orçamento é sempre um exercício de equilíbrio entre os recursos limitados e as aspirações da população. Contudo, cabia-lhe, enquanto oposição responsável e construtiva, avaliar se este documento respondia de forma eficaz às reais necessidades do concelho e se refletia uma visão estratégica capaz de promover o desenvolvimento sustentável, a coesão social e a qualidade de vida de todos os gaviõesenses. Afirmou que, ao olhar para as linhas gerais deste orçamento, destacavam-se algumas questões fundamentais: investimento nas infraestruturas: era crucial que os investimentos planeados respondessem, não apenas às necessidades imediatas, mas que fossem sustentáveis e garantissem benefícios de longo prazo. Questionou se estariam asseguradas as verbas necessárias para a manutenção e modernização das infraestruturas já existentes. No apoio às famílias e à economia local, destacou que, num momento em que as famílias enfrentam desafios financeiros, era essencial que este orçamento contemplasse medidas concretas de apoio social e incentivo à atividade económica. Questionou se estas medidas estavam devidamente especificadas e dotadas de recursos adequados. Na ambição e transparência, realçou que era fundamental que o orçamento refletisse uma ambição alinhada com o desenvolvimento sustentável e o futuro promissor de Gavião. Contudo, para que essa ambição se concretizasse, era indispensável uma execução pautada em gestão eficiente, rigorosa e transparente, garantindo a otimização dos recursos disponíveis. Assim, era pertinente questionar: quais seriam os mecanismos de monitorização e avaliação implementados para assegurar o acompanhamento rigoroso das metas estabelecidas e o impacto efetivo das medidas propostas. Esse mecanismo devia caracterizar-se pela implementação de indicadores de desempenho claros e mensuráveis, pela realização de auditorias regulares e independentes, bem como pela promoção de um sistema de relatórios periódicos acessíveis à população. Adicionalmente, a criação de canais de participação cidadã e a utilização de plataformas digitais para a transparência e o acompanhamento em tempo real reforçariam a confiança e a colaboração da comunidade na execução do orçamento. Uma abordagem criteriosa seria determinante para fortalecer a confiança da comunidade e maximizar os resultados alcançados. Na ambição e transparência, afirmou que era fundamental que o orçamento refletisse ambição para o futuro de Gavião. No entanto, a sua execução dependeria de uma gestão eficiente e transparente. Perguntou qual seria o mecanismo de monitorização e avaliação do impacto das medidas propostas. Deixou algumas propostas e sugestões, em linha com os princípios que defendia: -----
Priorizar a fixação de população jovem com incentivos à habitação e ao empreendedorismo. -----
Reforçar os apoios a setores tradicionais e emergentes da economia local, promovendo a inovação e a sustentabilidade. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE GAVIÃO

ATA N.º 24/2024

2024.11.28

Promover uma gestão financeira rigorosa, garantindo que cada euro gasto resulta em benefícios tangíveis para a população. -----

Assumi o compromisso que, por parte do PSD, iriam manter-se atentos e vigilantes, mas também dispostos a colaborar em medidas que promovessem o interesse comum. Não hesitariam em apresentar alternativas sempre que considerassem que as propostas da maioria não correspondiam às expectativas dos gavionenses. -----

Por fim, afirmou que este orçamento era, sem dúvida, um instrumento vital para o futuro de Gavião. A sua missão, enquanto eleitos, era garantir que ele refletia os anseios de todos os cidadãos, e não apenas de alguns. Com este espírito, apelavam ao diálogo, à transparência e à verdadeira prioridade aos interesses do concelho. Contudo deixava as suas breves questões a que solicitava a melhor atenção: Arranjo Paisagístico da Avenida José Marcelino, entre o cruzamento com a Rua Dr. Eusébio Leão e o cruzamento com a Rua S. João de Deus, qual o motivo para a rubrica ainda se manter aberta? Requalificação da Estrada Velha de Gavião, entristecia-o bastante o facto do ano passado esta rubrica ter o valor de 1.500.000,00€, e este ano estar somente dotada de 60.000,00€, o que o entristecia bastante a perda de investimento na expansão e aplicação da área urbana de Gavião que tanto necessita. Relativamente à Gestão de Resíduos Urbanos, existia a rubrica para aquisição de equipamento no valor de 250 mil euros, a que se destinava esta verba? -----

O senhor vereador **Rui Vieira** começou por dizer que não estava de acordo com o senhor presidente, quando ele dizia que não tinham sido apresentadas propostas pelos senhores vereadores. Realçou que tinha pedido, várias vezes, para irem ao terreno ver como estavam as coisas. Deu como exemplo o facto de não terem estado de acordo com os valores dos apoios às IPSS e às juntas de freguesia. E, apesar dessa posição, o valor orçamentado para esse fim tinha-se mantido. Questionou quais tinham sido as propostas dos presidentes das juntas de freguesia, porque todos os anos, eles se lamentavam que as suas propostas não eram seguidas. Considerou que alguns valores que constavam no orçamento eram baixos. Deu como exemplo a pavimentação do Parque de Merendas da Ribeira da Venda. Referiu que o senhor presidente, no discurso do Feriado Municipal, tinha dito que a escola de Vale de Gaviões iria ser intervencionada, mas a rubrica estava a zero, ao contrário da escola da Ferraria. Questionou a que destinavam os 90 mil euros para a obra do seminário, tal como os 300 mil euros, para o Lagar da Fraga. Realçou que a rubrica do novo loteamento industrial de Gavião também estava a zero. Disse que tinha sido afirmado pelo senhor presidente que seria feita a ligação de alguns percursos pedestres (PR's) e no orçamento estava prevista uma verba significativa. Mas considerou que os PR's estavam um pouco abandonados e tinham falta de limpeza. Questionou se o Bairro Tropa seria intervencionado, pois sabia que esse era um dos pedidos da Junta de Freguesia de Belver. Afirmou considerar que os valores para a repavimentação também eram baixos, tal como o valor para os parques infantis que era de apenas 10 mil euros. Destacou que o Largo Manuel Monteiro já tinha tido uma rubrica mais preenchida. Ao longo do ano tinha sido retirada verba e agora voltava a ser dotado com 50 mil euros. Realçou que a sinalética, de estradas municipais e arruamentos, estava muito danificada, com ferrugem e, em alguns casos, não era perceptível. Questionou a que se destinavam os 60 mil euros para saneamento e também a que se destinava o valor previsto para o Castelo de Belver. -----

Em resposta ao senhor vereador Vitor Filipe, o senhor presidente realçou que os valores dos apoios sociais estavam devidamente explanados no orçamento, aos mais diversos níveis. A monitorização era feita pelo executivo municipal em funções, mas também pelos vereadores da oposição e pela própria assembleia municipal. A rubrica da Avenida José Marcelino mantinha-se porque ainda havia algumas coisas por pagar, mas sobretudo por receber. Faltava pagar os restantes 10% ao projetista, por exemplo. -----

O senhor vereador Vitor Filipe esclareceu que tinha falado nisso porque se lembrava que a DOSU tinha apresentado o relatório final da obra. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE GAVIÃO

ATA N.º 24/2024

2024.11.28

O senhor presidente prosseguiu, dizendo que tinha sido retirada a verba da Estrada Velha porque a intervenção só podia ser feita depois da aprovação do PDM. Os 60 mil euros seriam para o projeto e se fosse necessário seria reforçado. Em relação à recolha de resíduos, havia uma candidatura. Apesar de a recolha ser feita por outra entidade, teríamos que adquirir contentores, por exemplo. ---- Em resposta ao senhor vereador Rui Vieira, o senhor presidente esclareceu que estava a referir-se a uma entrega formal de propostas dos vereadores. Tinham havido algumas sugestões, mas de forma casuística. Em relação aos apoios às IPSS, os valores não tinham sido aumentados, mas na atribuição poderia haver alteração. A rubrica ficava aberta e poderia haver alteração, ou não. O valor de 25.000,00€ orçamentado para a Ribeira da Venda seria para a mão de obra, para colocação de calçada. Afirmou que esperava que, na semana seguinte, chegasse o parecer da CCDR. Em relação à escola de Vale de Gaviões, esclareceu que o presidente da Junta de Freguesia de Margem tinha sido contra a ideia de o espaço ser utilizado para a Estratégia Local de Habitação. Mas se ele viesse a mudar de ideias, a rubrica seria aumentada. O valor de 40.000,00€ previsto para a escola da Ferraria era igual ao que tinha sido gasto na escola de Vale da Vinha. O espaço apresentava sinais de degradação e gostava de o recuperar. Em relação à obra do seminário, a 30 de novembro, seria dada como concluída e teriam que ser pagos os valores em falta. Possivelmente esse pagamento só aconteceria em 2025, por isso foi deixada a rubrica neste orçamento. A obra do Lagar da Fraga tinha prevista uma verba de 300.000,00€. Realçou que sempre tinha dito que seria apresentada candidatura ao Turismo de Portugal e esse seria o valor da candidatura. No que se refere ao novo loteamento industrial de Gavião, o terreno tinha sido vendido e, de momento, não havia outro terreno para adquirir. Teriam de ser criadas infraestruturas para disponibilizar o fornecimento de água luz, etc. Frisou que os PR's tinham sido intervencionados e limpos, mas as intempéries e os animais causavam, frequentemente, danos. -----

O senhor vice-presidente interveio para referir que algumas coisas podiam melhorar. Reconheceu que os PR's eram cada vez mais procurados e era importante melhorar as condições de utilização. Havia a intenção de a brigada de sapadores intermunicipal da CIMAA fazer alguma intervenção. Tinham sido realizados trabalhos, recentemente, no PR2 e brevemente seria no PR3. Também tínhamos aderido a um acordo-quadro da CIMAA para manutenção de infraestruturas, substituição de sinalética e tábuas. Não tínhamos aderido à área da limpeza, porque considerávamos que adjudicar esses trabalhos às nossas brigadas de sapadores, seria uma forma de apoiarmos as nossas associações. Assim que o concurso público fosse lançado, enviaríamos um relatório com as necessidades para cada um dos PR's. Realçou que, em abril, tinha sido feita a manutenção do PR2 e em julho já estava tudo partido, novamente, devido à intervenção de alguns animais. -----

O senhor vereador Rui Vieira afirmou saber que tem havido um esforço da câmara municipal, especialmente no PR2, que é o mais frequentado. Mas, na sua opinião, os outros PR's estavam um pouco abandonados. -----

O senhor presidente prosseguiu os seus esclarecimentos confirmando que a recuperação do Bairro Tropa tinha sido uma das solicitações da Junta de Freguesia de Belver. Constava no orçamento e poderia ser realizada, mas mantendo a estrutura atual. Assegurou que a recuperação de vias, seria para concretizar. -----

O senhor vereador Rui Vieira referiu que a estrada da Ferraria ainda não estava concluída. Faltava a marcação da estrada e as valetas. -----

O senhor presidente continuou dizendo que o Parque Infantil do Vale da Feiteira estava a ser intervencionado e esperava que fosse possível fazer o mesmo em outras localidades. Se fosse necessário, a rubrica seria reforçada. Confirmou que pretendia fazer a obra do Largo Professor Manuel Monteiro, na Comenda. Em relação à sinalética, reconheceu que havia sinais muito danificados e seria feita a substituição de alguns. Em relação ao saneamento, salientou que são os serviços municipais que faziam a limpeza da fossa do Alamal e tínhamos que ter material para esse

CÂMARA MUNICIPAL DE GAVIÃO

ATA N.º 24/2024

2024.11.28

fim. Havia também a intervenção na Rua das Alfarrobeiras, cujo compromisso plurianual já tinha sido remetido à assembleia municipal, para aprovação. Evidenciou que com a transferência de competências, o Castelo de Biver tinha passado a ser responsabilidade do Município de Gavião. Tinha-se constatado que a receção não dispõe das condições mínimas necessárias para a presença do funcionário, uma vez que chove no espaço, há queda de pedras, etc. A Capela de São Brás também precisa de intervenção na cobertura. A grande dificuldade era encontrar empreiteiros com a certificação necessária para trabalhar em monumentos. Havia também uma dificuldade acrescida, que era o transporte dos materiais para o castelo. -----

O senhor vereador Rui Vieira questionou se as obras que constavam no orçamento seriam mesmo para concretizar, uma vez que algumas já constavam nos documentos previsionais desde 2021. Perguntou também se os 3 milhões provenientes dos painéis solares estavam diluídos no orçamento. -----

O senhor presidente afirmou que os 3 milhões não estavam diluídos. Em fevereiro ou março seria apresentado o saldo da gerência e nessa altura o saldo seria incorporado no orçamento. Nessa altura haveria o reforço de algumas rubricas, de forma a que o orçamento não subisse. -----

O senhor vereador Rui Vieira referiu que esse dinheiro iria ser gasto e não se perceberia exatamente em quê. Afirmou que as pessoas gostariam de saber em que iria ser investido esse dinheiro. Realçou que não concordava. -----

O senhor presidente esclareceu que a verba atribuída tinha como destino o orçamento municipal. Mas as empresas proprietárias das centrais já tinham um plano de compensação às comunidades locais. Considerou que a Amieira Cova seria a localidade mais prejudicada e não a Comenda como algumas pessoas pensavam. Informou que, por enquanto, não seria dado parecer positivo à hibridização da central de Amieira Cova. Mas sabia que já tinha sido marcada reunião com os membros do governo, para que passasse a ser Projeto de Interesse Nacional (PIN). A câmara municipal tinha alegado que o PDM não o permitia, mas se fosse considerado PIN não poderíamos fazer mais nada. -----

O senhor vereador Rui Vieira frisou que para além das críticas que já tinha apresentado, também queria expressar alguns elogios. Na sua opinião, todo o executivo estava de parabéns pelos apoios dados na área da educação, desporto e cultura. Salientou que as medidas tomadas pela Câmara Municipal de Gavião eram elogiadas, até fora do concelho. Frisou que sabia que havia pessoas com vontade de mudar para cá a residência. Afirmou esperar que as obras que constam nos documentos em apreciação fossem, efetivamente, concretizadas em 2025. Evidenciou que na área da saúde, esperava que a situação melhorasse e fossem colocados médicos. -----

O senhor presidente frisou que o orçamento é sempre um conjunto de intenções. Esperava realizar tudo, mas humanamente seria quase impossível. Assegurou que seriam aproveitadas todas as oportunidades dos fundos europeus. Sublinhou que o Município de Gavião tem sido visto como uma autarquia de referência, nessa área. Em relação à saúde, salientou que tem sido feito tudo o que era possível para melhorar a situação. Afirmou saber que iria haver uma reestruturação, a nível nacional, e tinha esperança que houvesse melhorias. Assegurou que o município daria também, todo o apoio possível, à obra de reabilitação do centro de saúde. -----

O senhor vereador Vitor Filipe questionou se a rubrica para reabilitação do Mercado Municipal de Gavião se manteria. -----

O senhor presidente informou que a rubrica se tinha mantido. Referiu que o mercado necessitava muito de uma intervenção, mas não tinha havido oportunidade de financiamento dos fundos europeus. Esperava que o novo quadro comunitário criasse essa oportunidade de candidatura. Ainda assim, tinham sido reabilitados os toldos, a iluminação, os ares condicionados, etc. -----

O senhor vereador Vitor Filipe alertou para a necessidade de reparação também dos ares condicionados e da pintura da Casa do Povo de Gavião. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE GAVIÃO

ATA N.º 24/2024

2024.11.28

O senhor presidente afirmou que os ares condicionados não estavam danificados, mas nem todas as pessoas sabiam pô-los em funcionamento. -----

ENCERRAMENTO -----

E não havendo outros assuntos a tratar nesta reunião, o exmo. senhor presidente da câmara municipal declarou encerrada a mesma, eram dezassete horas e quarenta minutos, pelo que de tudo para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser aprovada em minuta, no final da reunião, para produzir efeitos imediatos, nos termos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e que vai ser assinada pelo senhor presidente da câmara e por mim, Isabel Maria Dias Martins, técnica superior da Câmara Municipal de Gavião, que a redigi e também subscrevo.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a final upward stroke, positioned above a horizontal line.

A Técnica Superior, servindo de SECRETÁRIA

Isabel Maria Dias Martins